

Demagogia e insensatez do Congresso

10 ABR 1995

O governo não tinha alternativa senão suspender todas as operações de crédito rural através do Banco do Brasil em face da irresponsável rejeição pelo Congresso Nacional, na calada da noite da última terça-feira, do veto do então presidente Itamar Franco ao artigo da Lei nº 8.880 que estabelecia o equilíbrio entre a correção monetária dos créditos agrícolas, representada pela Taxa Referencial (TR), e a variação dos preços mínimos.

Essa molecagem resultou do conluio entre ranços congressistas conservadores, alguns deles grandes fazendeiros e devedores de empréstimos rurais, que se aglutinam na chamada Frente Parlamentar da Agricultura, e grupos ditos de esquerda, cujos candidatos foram fragorosamente derrotados na última eleição presidencial e que procuram, a qualquer custo, sabotar o Plano Real. É o mesmo acumpliciamento que funcionou na aprovação da regulamentação pelo Senado do artigo constitucional que fixou em 12% o teto para as taxas de juro reais.

A vinculação da TR à variação dos preços mínimos é impraticável e sabem disso todos os deputados e senadores que acompanham a evolução da política agrícola. Há, é certo, aqueles que não sabem de nada e emprestam seu voto a projetos que lhes parecem populares, sem se deter no exame do que podem significar para a economia do País. Os preços mínimos estão praticamente congelados, sim, mas se eles fossem reajustados pela inflação o governo teria gastos monumentais, para os quais não há disponibilidade de recursos, uma vez que os agricultores lhe

GAZETA MERCANTIL

venderiam grande parte da safra recorde prevista, de 81,6 milhões de toneladas. Mesmo aos preços mínimos atuais, que estão acima dos preços de mercado para a grande maioria dos produtos, o dispêndio do governo ao adquirir parte da safra será um sério complicador monetário.

Além disso, como lembrou o ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, o mercado brasileiro ficaria de portas escancaradas para os produtos agrícolas provenientes dos parceiros do Mercosul. Se o governo comprasse uma grande parcela da produção nacional a preços mínimos altos, o mercado tenderia naturalmente a abastecer-se a preços bem mais acessíveis junto a fornecedores dos países vizinhos.

Na prática, a TR, atrelada à variação dos preços mínimos, será zeraçada, o que é um absurdo. A prevalecer esse esquema, ele exigiria um vultosíssimo subsídio à agricultura arcado por todos os contribuintes. Se o Tesouro não bancar a conta, o Banco do Brasil, que é fonte do grosso do crédito agrícola, sofreria enormes prejuízos numa fase em que a instituição se vê em dificuldades para adaptar-se a baixas taxas de inflação. Estima-se que, se o banco não receber a TR nos financiamentos já concedidos, amargará uma perda de R\$ 2,5 bilhões, e já há congressistas instruindo agricultores para não fazer o pagamento integralmente devido, buscando transformar a rejeição do veto em uma "anistia" indiscriminada.

Pergunta-se: e a agricultura não tem direito a um bom retorno, não deve ser estimulada pelo governo?

Deve e é. As taxas de juro no crédito agrícola variam de 9 a 12%, de acordo com o porte do agricultor, mais TR. São taxas inferiores às do mercado e basta dizer que, para financiar-se, o próprio governo vem colocando títulos, a prazo de três meses, pagando taxas próximas a 12,5% mais TR, ou seja, suportando um custo maior do que o dos financiamentos à atividade agrícola pela maior taxa estabelecida.

Os preços dos produtos agrícolas podem estar deprimidos, mas a agricultura ganhou em produtividade. No Centro-Sul, por exemplo, a área plantada em 1994/95 aumentou 1,7% em relação ao ano agrícola anterior, enquanto a produção vai crescer 8,8%, segundo as estimativas correntes. Esse é o caminho correto, do qual não nos podemos desviar, sem danos ao futuro do País.

Bem sabem os nossos leitores o quanto apoiamos a agropecuária e a importância que damos a seu bom desempenho para o combate efetivo à inflação, proporcionando alimentos baratos, e a sua contribuição para impulsionar as nossas vendas externas. Mas com o atrelamento da TR à variação dos preços mínimos criou-se um impasse para o qual não vemos saída imediata. Até segunda ordem, a agricultura deixa de ter crédito, parte da produção pode perder-se e as boas safras, um grande benefício para o País nesta fase crítica, tornam-se um grave problema político-econômico como resultado da insensatez e da propensão à mais reles demagogia da maioria do Congresso.